

CORREIO ECONÔMICO

Jefferson Rudy/Agência Senado



PL foi aprovado sob relatoria do senador Paulo Paim

PL travado na Câmara exclui domésticas do abono do PIS

Empregados (as) domésticos (as) permanecem excluídos do abono do Programa de Integração Social (PIS) apesar de apesar de terem carteira assinada, contribuírem com impostos e serem segurados da Previdência Social. Essa exclusão já dura décadas. Há três anos, o Instituto Doméstica Legal (IDL), apresentou ao Congresso Nacional uma proposta para corrigir essa injustiça trabalhista e social. Ela resultou em dois projetos: o PL 2902/2023 na Câmara dos Deputados, parado desde julho de 2023, e o PLP 147/2023 no Senado Federal, aprovado em duas comissões sob relatoria do senador Paulo Paim, mas travado na Comissão de Assuntos Econômicos desde outubro de 2023.

Pedido ao presidente Lula

A ONG Instituto Doméstica Legal (IDL) protocolou, em 2023 e em 2025, um pedido ao presidente Lula para a edição de uma Medida Provisória sobre o tema para que esses trabalhadores já tenham direito em 2026. O IDL lançou, em abril de 2023, o abaixo-assinado nacional "Abono do PIS para os empregados domésticos", disponível publicamente no site da ONG, www.domesticalegal.com.br.

Divulgação



Calendário de pagamentos do PIS foi divulgado

Calendário 2026

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou o calendário do PIS/Pasep que começa a ser pago a partir de 15 de fevereiro de 2026. Os critérios para ter direito ao abono também ficarão mais rígidos. Para ter acesso ao benefício, é necessário ter recebido, no ano-base de 2024, remuneração média mensal de até R\$ 2.765,93. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, 26,9 milhões de trabalhadores serão beneficiados com o abono no próximo ano, sendo disponibilizados R\$ 33,5 bilhões em pagamentos.

Calculadora para empregador

O salário mínimo de 2026 será de R\$ 1.621 e entra em vigor em 1º de janeiro, impactando os trabalhadores com carteira assinada. Para o empregador doméstico, este é o momento de projetar os novos custos. A ONG disponibiliza gratuitamente uma calculadora que apresenta o custo total do pagamento. Basta entrar no link <https://domesticalegal.com.br/utilidades/calculadora-do-empregador>.

POR MARTHA IMENES

Petrobras

A Petrobras e a Braskem, sexta maior petroquímica do mundo, firmaram contratos de fornecimento de matéria-prima que somam US\$ 17,8 bilhões, que equivalem a R\$ 98,5 bilhões. O anúncio foi feito pelas duas companhias por meio de comunicados a investidores. Os acordos têm validade de até 11 anos.

Nafta

Um dos acordos trata da venda de nafta petroquímica, produto derivado do petróleo, para as indústrias da Braskem em São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. O acordo prevê retirada mensal mínima, com a possibilidade de negociar quantidades adicionais mensalmente, podendo alcançar até 4,116 milhões de toneladas, em 2026.

Reduc

Outra negociação é a venda de etano, propano e hidrogênio para fornecimento à unidade da Braskem no Rio de Janeiro. De 2026 a 2028, o contrato contempla a manutenção da quantidade acertada, de 580 mil toneladas em eteno equivalente ao ano, com produção e fornecimento a partir da Reduc.

Comperj

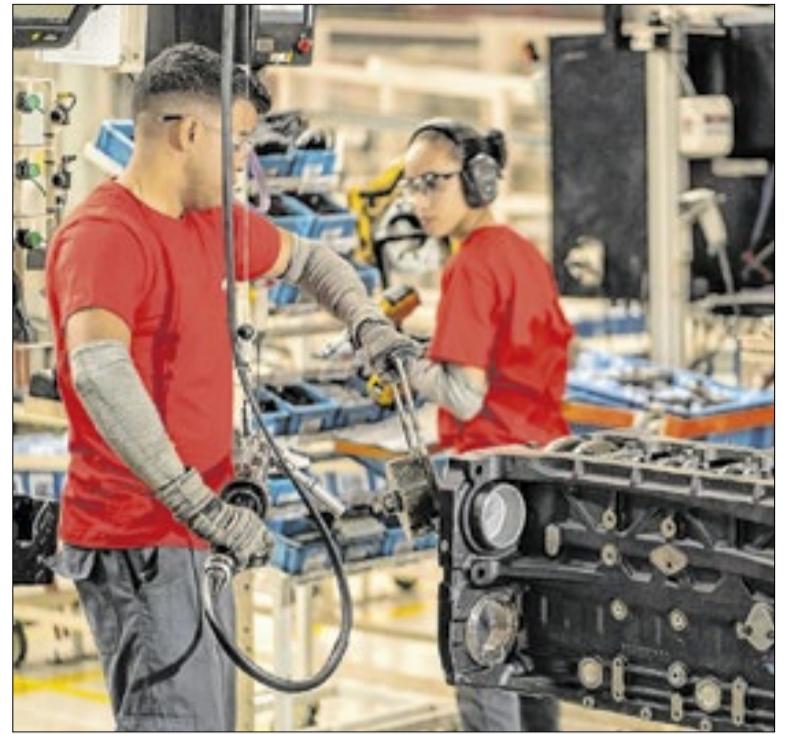
De 2029 a 2036, o contrato contempla o aumento dessa quantidade para 725 mil toneladas em eteno equivalente ao ano, para atendimento da ampliação da Braskem (em fase de projeto), com produção e fornecimento a partir da Reduc e/ou do Complexo Boaventura (antigo Comperj), também na região metropolitana.

Estimado

O valor estimado do contrato é de US\$ 5,6 bilhões, com vigência de 11 anos a partir do primeiro dia de 2026. O último acerto é sobre a venda de propeno de origem das refinarias Reduc, Capuava (SP) e Alberto Pasqualini (RS). A quantidade contratada é de até 140 mil toneladas por ano em Capuava e de 100 mil na Reduc.

47% das ações

Também foi contratada quantidade escalonada da Refinaria Alberto Pasqualini, que subirá anualmente: 14 mil, 24 mil, 36 mil, 48 mil e 60 mil toneladas. O valor estimado é de US\$ 940 milhões, com vigência de 5 anos. Além de fornecedora da Braskem, a Petrobras é dona de 47% das ações com poder de voto.



Além da indústria, o petróleo impactou o resultado do PIB

25 municípios concentram mais de 1/3 do PIB brasileiro

Cidades no topo da lista: São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília

Por Martha Imenes

São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília lideram o ranking dos 25 municípios que representaram 34,2% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de bens e serviços produzidos no Brasil, em 2023, aponta a publicação PIB dos Municípios 2022-2023, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo foi feito em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

De acordo com o analista do IBGE, Luiz Antonio do Nascimento de Sá, as três cidades se mantêm nas primeiras posições desde o início (2002), mas vêm perdendo participação ao longo dos anos.

O ranking inclui 11 capitais, nove municípios paulistas, quatro fluminenses e um mineiro. Segundo o estudo, cem municípios concentram 52,9% do PIB do Brasil. Em 2023, as capitais, incluindo Brasília, representavam 28,3% do PIB e as não capitais, 71,7%.

O bom desempenho do setor de serviços impulsionou as capitais a aumentar participação no PIB em 2023: São Paulo teve o maior ganho de participação (0,4 ponto percentual-p.p.), chegando a 9,7% do PIB nacional, seguido por Brasília, Porto Alegre e Rio de Janeiro, com aumentos de 0,1 p.p., cada. Belo Horizonte variou próximo a 0,1 p.p. e permaneceu entre as capitais com maior peso.

Das 30 cidades que mais perderam participação no PIB, sete tiveram perda relacionada à extração do petróleo, incluindo os cinco primeiros da lista: Maricá (RJ), Niterói (RJ), Saquarema (RJ), Ilhabela (SP) e Campos (RJ). Nove municípios com a atividade principal de indústria de transformação também tiveram perda de participação no PIB.

As seis cidades com maior PIB per capita estão vinculadas à extração e refino do petróleo, segundo informações da Agência Brasil.

“É curioso observar que os municípios no topo dessa lista estão ligados ao petróleo mesmo num contexto desfavorável a essa commodity. Mas alguns campos de petróleo entraram em produção. Embora nacionalmente essa atividade extrativa tenha perdido participação, alguns campos começaram a operação em 2023 beneficiando algumas cidades”, disse.

Saquarema (RJ) liderou o PIB per capita de 2023, com R\$ 722,4 mil por habitante. Entre as capitais, o maior foi Brasília (DF), com R\$ 129,8 mil, que é 2,41 vezes maior que a média nacional (R\$ 53,9 mil).

O município que apresentou o menor PIB per capita do país foi Manari (PE), com R\$ 7.201,70. Quatro dos cinco menores estavam no Maranhão: Nina Rodrigues, com R\$ 7.701,32; Matões do Norte, com R\$ 7.722,89; Cajapió, com R\$ 8.079,74; e São João Batista, com R\$ 8.246,12.